
PARTE VI

**DEL ÁNGULO DE LA CRISIS
DE LA CIUDAD INDUSTRIAL:
SABERES, PRÁCTICAS Y DISCURSOS**

*DO ÂNGULO DA CRISE
DA CIDADE INDUSTRIAL:
SABERES, PRÁTICAS E DISCURSOS*

Refletindo a transição da sociedade industrial para a sociedade da comunicação

Tamara Tania Cohen Egler*

Introdução

A transição da sociedade do trabalho para a sociedade da informação implica na adoção de uma orientação analítica que observe o processo de globalização, o advento de novas tecnologias da comunicação e informação, as transformações em processos de organização da economia, as mudanças nos processos espaciais e a nova (des)ordem das relações sociais, que desafia a integração social em contextos urbanos.

Na nova ordem das relações econômicas, o centro do processo de acumulação sofre um deslocamento dos processos de valorização do trabalho das atividades produtivas para o desenvolvimento da informação e da criatividade. É por essa razão que as atividades de produção foram deslocadas para a periferia do mundo capitalista e as atividades do pensar e do inventar se transformam no coração das atividades hegemônicas da sociedade da informação.

É essa a idéia central que orienta o desenvolvimento do presente estudo. De que forma a sociedade da informação transforma relações sociais nas diferentes escalas –internacional, nacional e local– e, assim, os processos espaciais que configuram a experiência urbana?

Podemos identificar dois fenômenos centrais em curso; um associado à invenção de novas formas espaciais, que a literatura tem denominado de espaço

* Arquiteta, Mestre em Planejamento Urbano e Regional, Doutora em Ciência Humanas pela Universidade de São Paulo. Professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pesquisadora CNPq. Editora do Prêmio Möbius na América Latina (multimídia).

digital, virtual, cibernético¹, e outro associado à transformação das formas espaciais urbanas da sociedade industrial.

O tempo no espaço

Para ler os processos espaciais na atualidade, é preciso decompor as formas espaciais que constituem os objetos tradicionais da pesquisa urbana e reconhecer os elementos que conduzem à inovação. Isso quer dizer que, para compreender os processos espaciais no presente, é preciso reconhecer as formas que foram constituídas no passado e buscar caminhos que orientem sua apropriação no futuro.

Estamos no centro da transição entre formas de produzir (e viver) e precisamos identificar as relações sociais que caracterizam a sociedade industrial e os efeitos dos processos de transformação em curso sobre as formas espaciais que tiveram origem nesta sociedade.

Consideramos que estamos diante de um processo de transição tão importante como a passagem da sociedade agrária para a sociedade industrial e urbana. A compreensão da transição pode nos possibilitar o entendimento do momento histórico e as condições para a ação dirigida à transformação social.

A sociedade industrial é necessariamente lida no âmbito de determinações da instância econômica que se afirmam sobre as instâncias político-jurídicas, ideológicas e culturais. Nesta sociedade a organização econômica conduz fortemente a formação do social. Os elementos decompostos pelo pensamento marxista orientam a compreensão das formas historicamente assumidas pelo espaço urbano. Na sociedade industrial, o espaço é espelho dos seus elementos constitutivos. A denominada escola francesa de estudos urbanos é testemunho dessa compreensão, quando observa com Castells, o processo de formação do espaço como reflexo e sustento da organização econômica. O livro *A Questão Urbana* (1976) realiza a tarefa de propor os conceitos necessários à análise da cidade da sociedade industrial. Nesta obra, o espaço urbano é, assim como o capital, decomposto em suas formas adequadas à produção, à circulação, à troca e ao consumo. Castells neste estudo revisita o livro I de *O Capital*, para reconhecer as formas singulares da produção e da reprodução, e assim apreender as manifestações do espaço urbano do capital.

Lojkin (1981) avança a análise de orientação marxista do espaço urbano, quando se propõe a reconhecer suas formas ampliadas, valorizando a reflexão do Estado e acrescentando novos interrogantes relativos às condições gerais da produção capitalista. Ao reler a obra de Marx, enuncia as formas plurais do espaço na sociedade industrial. Em completando a análise do espaço urbano, realizada por Castells e Lojkin, Topalov (1974) e Lipietz (1977) estudam o processo de configuração do ambiente construído e, através de uma análise por sua vez amparada na leitura do livro III de *O Capital*, compreendem o papel da propriedade fundiária na produção capitalista do marco edificado.

Nessa diretriz de construção do pensamento crítico, a compreensão do espaço urbano resulta de nítidas determinações do processo de produção capitalista e das condições gerais da acumulação. Interessa-nos compreender como a sociedade industrial estava ancorada em processos através dos quais as necessidades do processo econômico constituíam, de fato, uma estrutura espacial fixada em elementos expressivos da sociedade industrial.

Para avançar nessa análise podemos, primeiramente, refletir sobre a fábrica e a divisão técnica e social do trabalho: o urbano é o lugar ocorre a concentração de fábricas, sendo a fábrica o locus de concentração de trabalhadores. O conjunto diversificado de fábricas expressa e realiza a divisão territorial do trabalho, e o conjunto de trabalhadores nas fábricas expressa e configura a divisão social, que é simultaneamente técnica, do trabalho. Nestas duas escalas de observação conjunta são reconhecíveis as relações fundamentais de oposição entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção.

Essa síntese pode parecer primária, mas é relevante para traçar os caminhos que clarificam o processo de transição, na medida em que mostra como o espaço urbano constitui uma adequação à forma concreta das relações de produção nas diferentes manifestações específicas da sociedade industrial.

Isso quer dizer que na história do capitalismo encontraremos, em primeiro lugar, o capital e o trabalho como elementos fundantes do processo societário, o que esclarece os caminhos da formação social, baseados nas relações de dominação do capital sobre o trabalho.

A sociedade industrial assume formas espaciais associadas à natureza dessas relações, já que o processo de acumulação se origina da exploração física do trabalho. A mais-valia decorre exatamente da apropriação de mais trabalho, configurado pelo dispêndio de força física do trabalhador. A divisão técnica do trabalho expressa a determinação de expropriação máxima do tempo do trabalhador. A busca da mais valia explica a especialização e a divisão ao infinito do trabalho. A lógica taylorista exprime a fragmentação do processo de produção e nos revela o modo de vida da classe operária no espaço urbano.

Mais do que à fragmentação nos atos de produção do objeto/mercadoria, o trabalhador da sociedade industrial está articulado a formas de realização do trabalho em que o elemento fundamental é o exercício de sua força corporal na fábrica que, por sua vez, se articula às muitas fábricas que compõem o conjunto do processo industrial nos espaços urbanos.

Podemos pensar, assim, que a força do trabalhador realiza a divisão social e técnica do trabalho, concretizando a divisão territorial do trabalho nos espaços da sociedade industrial.

Nessa sociedade, o que determina as formas espaciais são as relações ancoradas no trabalho industrial. Nesta direção, a leitura de *A nova intransparência*. O esgotamento das energias utópicas (1998) de Habermas

permite refletir a questão do fim desta sociedade, enunciando os primórdios de uma sociedade da comunicação³. Hoje, o esforço analítico precisa estar dirigido à compreensão das formas espaciais na transição da sociedade industrial para a sociedade da comunicação.

Para tanto, é preciso desvendar como, na sociedade industrial, o fazer estava associado a uma forma de organização da produção que subordinava o trabalhador. Nosso intuito é refletir como a fragmentação decorrente da divisão social e técnica do trabalho nesta sociedade reduzia as oportunidades de acesso à reflexão e à criação. Tratava-se, afinal, de controlar ao máximo o processo de produção e de vigiar, também ao máximo, o tempo da expropriação das energias vitais do trabalhador.

As possibilidades da interação social se originam dessa configuração do processo de produção: na fábrica, o trabalhador coletivo; na cidade, o favorecimento das condições gerais de produção. As trocas se originam da espacialidade contígua, origem dos processos de industrialização e de urbanização que conformam o espaço na sociedade industrial: para a divisão técnica e social da produção, manifestações correspondentes do espaço urbano. Os investimentos públicos buscam, de forma sistemática, o alcance da circulação necessária à realização da sociedade industrial.

Dimensões do espaço - o acontecer

Será que é excesso de ambição propor a reflexão da transição quando a desordem ainda não admite a clara leitura de uma nova ordem societária?

O fato é que estamos diante da emergência de novas formas da integração social, ainda que excludentes, que determinam formas renovadas de realização das trocas e do intercâmbio, criando as condições para a emergência de relações espaciais específicas, que expressam a emergência tendencial da sociedade da comunicação.

A sociedade da comunicação –que também é da informação– inaugura formas do conceber, do pensar, do fazer, do projetar e do interagir. Estas formas se originam na sociedade industrial, que lhes deu origem, e a ela se sobrepõem. É por esta razão que a transição da sociedade do trabalho para a sociedade da comunicação deve ser observada no âmbito de um processo analítico que compreende, simultaneamente, as formas do passado e do presente, tensamente constitutivas de uma totalidade ainda em processo de configuração.

As relações espaço-temporais são historicamente determinadas. Os homens transformam o pensamento em processos, e estes, em última análise, resultam de ações. Na história da humanidade vamos encontrar formas espaciais particulares que demonstram a natureza dos vínculos entre relações sociais e relações espaço-temporais. A memória destes vínculos permanece condicionando o futuro.

Desta maneira, compreendemos que o pensamento é como uma árvore que precisa ser cultivada. Pensar é participar de uma ecologia cognitiva³, interagir no social, trocar ininterruptamente. Trata-se da infinita necessidade de compreender o mundo e de com ele interagir positivamente. Este é uma necessidade permanente dos homens, segundo nos ensina Hannah Arendt⁴, ao formular sua profunda reflexão sobre a compreensão e o pensamento.

O pensar antecipa o fazer e a ação. Para cada conjuntura, encontraremos diferentes formas de realização do fazer, do agir, que dependem de formas anteriores de vida e, também, dos novos instrumentos e linguagens que atualizam a reflexão das relações sociais. Por esta razão, a base técnica da vida social constitui um dos elementos que conduzem as possibilidades de realização do agir, já que a multiplicidade de manifestações de pensar orienta a interação social.

Na história do pensamento social, as categorias analíticas dirigidas à compreensão das relações sociedade/natureza e sociedade/sociedade foram lidas –principalmente pela escola marxista, que observa as diferentes instâncias do processo social– como economia, política e cultura. Na instauração da totalidade analítica, a economia determina, com intensidade, as formas de organização política e cultural, o que indica que o olhar do analista observa as formas da organização econômica e compreende como estas relações orquestram/comandam o social, ou seja, o conjunto da experiência social.

O desafio, para o analista do urbano, é compreender ainda como o processo de formação do espaço também determina e expressa o pensar, o fazer e a ação, inscritos em determinadas relações sociais e conservados nas formas espaciais.

O espaço significa a condensação de relações que estruturam sua aparência –a paisagem, o ambiente construído. Desta maneira, o espaço é produto de racionalidades que amparam a organização historicamente manifesta da produção de objetos, da criação de fluxos (bens, pessoas, idéias) e da constituição de um meio em que se condensam as condições da ação social (Santos, 1996). Por isso, o espaço é uma manifestação socialmente plena da experiência humana, podendo ser lido em diferentes e significativos períodos históricos, como propõe Milton Santos (1996), para quem a definição do período constitui um momento nuclear da análise científica do espaço.

A leitura histórica do espaço ajuda a reconhecer em cada temporalidade uma forma específica da condensação das relações sociais, configuradas por heterogêneos processos espaciais. O espaço, na sociedade industrial, é muito mais do que um especial sustentáculo da produção econômica, ele é a condensação de relações sociais fundamentais, que acontecem de modo distinto em cada formação social.

Na história das cidades podemos observar a existência de configurações particulares da interação social. As cidades são formas construídas em diferentes momentos históricos que alimentam a ecologia cognitiva do lugar, condicionadora

da interação e da apropriação social do espaço. Nas cidades manifesta-se uma verdadeira sobreposição de lugares, tempos, edifícios, objetos, práticas sociais e formas de vida, que se combinam num ininterrupto movimento de transformação.

No campo dos estudos urbanos também acontece de forma correlata uma permanente decantação de processos e conceitos e, sobretudo, temas. Como partícipes deste movimento de decantação, muitos autores valorizaram, durante um largo período, a reflexão de processos econômicos. Porém, na reconstrução da história de formação do campo pode ser reconhecido um outro posicionamento analítico que observa o ser e a interação social na vida cotidiana. É com Léfèbvre (1997) que se delinea o âmbito analítico capaz de favorecer a leitura da ação social no espaço. É com Certeau (1994), por outro lado, que acontece a percepção do evento no tempo, que realiza o ininterrupto movimento do acontecer social; lido, por Milton Santos (op cit), como uma dimensão essencialmente constitutiva do espaço.

São estes elementos que formam e conformam a vida urbana.

Se observarmos uma configuração espacial na atualidade, reconheceremos a sobreposição dos processos históricos associados a esses elementos: as formas de apropriação da materialidade e a interação social. Nas cidades co-existem objetos de diferentes momentos históricos, que formam o espaço urbano e seus modos de vida, e, na complexidade do processo espacial, a multiplicidade de eventos e seres que conformam a plenitude do espaço social. Na conformação historicamente determinada do espaço urbano é possível reconhecer, assim, a organização de diferentes contextos sociais, plasmados em sua edificação e reproduzidos na vida cotidiana.

Para cada período histórico existem formas espaciais dominantes. Por conseguinte, o espaço na modernidade corresponde a uma arquitetura que reflete e constrói o seu ideário. Esta arquitetura estimula a homogeneidade, a repetitividade, a objetividade, a racionalização de usos dos objetos urbanos. As formas espaciais da sociedade industrial moderna se sobrepõem a outras que as antecederam.

A transição da sociedade industrial para a sociedade da comunicação (e da informação) está associada a mais um grande movimento espaço-temporal e societário. Os princípios da sociedade da comunicação se inscrevem, cada vez com mais intensidade, nas formas anteriores. A transição para a sociedade da comunicação é um fenômeno histórico que não se manifesta, em plenitude, de um dia para o outro e nem se desdobra sobre um espaço virgem; mas, sim, sobre o espaço da sociedade moderna, urbano-industrial, que a antecede e que lhe oferece as condições necessárias à sua emergência. Não se trata, desta maneira, de propor o estudo da substituição de uma sociedade pela outra e, sim, de procurar compreender a instalação, no presente, dos pressupostos e dos elementos da sociedade do trabalho informacional.

Trata-se do esgotamento de formas de conceber e fazer da sociedade industrial. Na atual transição, possibilidades oferecidas por uma base técnica centralmente mecânica são articuladas a novas técnicas, multiplicadoras de possibilidades de ação. Assim, a sociedade do trabalho informacional infiltra-se nos espaços da sociedade industrial, realizando-se através de relações sociais expressivas do privilégio atribuído à comunicação. Na sociedade em gestação, o trabalho intelectual é o fundamento que viabiliza tanto a emergência de formas de interação quanto a acumulação. Existem sinais das formas espaciais da sociedade da comunicação que se sobrepõem às formas espaciais anteriores e nelas se inscrevem realizando a sua renovação ou decretando o seu mais rápido envelhecimento e destruição.

O espaço na sociedade da informação

O deslocamento do centro da acumulação do trabalho fabril para as redes do trabalho informacional transforma as escalas dos processos sociais. Este movimento penetra os objetos e os fluxos configurados pela história das nações e, também, de empresas, instituições de ensino e pesquisa, formas de organização social e famílias, alterando a ordenamento espacial de relações sociais.

O fenômeno da globalização, que não é apenas das atividades econômicas, transforma a hierarquia dos lugares a partir do momento em que ocorrem intensas mudanças na divisão social e técnica do trabalho, baseadas nos fluxos informacionais. Estes fluxos permitem a instantaneidade da comunicação e conduzem à eliminação e/ou flexibilização de barreiras territoriais. Fundamentalmente, relativizam e transformam conteúdos das diferenças locais, permitindo decisões de investimento expressivas de racionalidades definidas para além das fronteiras territoriais politicamente estabelecidas.

A nova configuração das trocas e do intercâmbio é constituída por processos tecnológicos que aproximam o pensamento e fragmentam ainda mais o fazer, sendo assim criadas novas especializações (fragmentadoras) do espaço urbano. Constatamos, atualmente, o redesenho multiescalar das relações espaço-temporais, quando o centro de uma empresa se localiza em Nova York e seu braço produtivo na Coreia. A nova organização técnico-financeira da produção se instaura através de transformações na divisão social e territorial do trabalho. As consequências sociais desta configuração têm sido objeto, sem dúvida, de relevantes estudos, que denunciam o aumento das desigualdades sociais e a agudização da pobreza.

Porém, interessa-nos observar neste texto como a globalização altera formas espaciais. Nesta direção, Saskia Sassen (1998) compreende como a globalização apresenta uma forma local, realizada através das instalações de atividades de produção e de serviços em cidades articuladas pelos fluxos informacionais. O fato é que estão em curso transformações interurbanas que geram mudanças na

estrutura interna das cidades e que modificam a interação social intra-urbana. A autora revela, com exatidão, a natureza deste movimento (conjunto de processos) que, com origem na economia globalizada, concretiza-se em objetos e atividades na escala local.

Esse posicionamento analítico nos permite refletir simultaneamente sobre a formação da rede que reúne cidades com claras funções na globalização e os seus efeitos no ambiente construído e no cotidiano urbano. Esta rede é constituída pela articulação do pensar globalizado e do pensar globalizador. Apresenta uma forma espacial que podemos chamar de espaço multifacetado, possuindo, como base técnica privilegiada, a linguagem numérica.

Nesse novo espaço, há objetos aproximados e interconectados por fluxos informacionais que transformam a ação entre os homens e a escala das interações sociais. É por esta razão que na sociedade da comunicação o espaço tem, também, uma natureza informacional e é composto por objetos, por arquivos numéricos, inscritos na rede mundial, articulando instituições, empresas, comunidades e indivíduos. Este é um espaço virtual, composto por informática e criação imagética. Na Internet, acontece a sua principal forma de expressão. Milhões de pessoas e uma extraordinária gama de instituições se conectam todos os dias, acessando documentos e informações em acelerado crescimento, que alargam e transformam sentidos da interação social.

A rede se forma em torno do mundo sobreposta às cidades, criando um malha de natureza informacional que articula o pensar e modifica as formas de fazer e agir. Trata-se da emergência potencial de sujeitos sociais, como afirma Ana Clara Ribeiro⁵, que nascem de novas relações –mais individualizadas– com o espaço e, logo, menos coletivas; o que não impede amplas conexões intermitentes dirigidas por valores e/ou interesses.

A transição nas formas espaciais da cidade industrial: o porto na cidade do Rio de Janeiro

Para decantar elementos analíticos da transição, observaremos a Cidade do Rio de Janeiro e, particularmente, a sua antiga zona portuária. A história desta área, como noutras grandes cidades, estimula a reflexão aqui proposta por ter sido, durante o advento da sociedade industrial, objeto de grande intervenção urbana que substituiu os primeiros trapiches por aterro. Tratava-se de possibilitar o desempenho das múltiplas atividades necessárias ao fluxo de mercadorias e ao seu armazenamento.

As novas tecnologias de comunicação e informação transformam os processos necessários ao armazenamento de mercadorias, ao mesmo tempo em que o fluxo de informações substitui, parcialmente, a necessidade dos espaços edificados; exigindo outros. A utilização de novas tecnologias de comunicação e informação

altera as condições espaciais necessárias à produção e desconstrói funções antes abrigadas em determinados elementos do ambiente construído.

Os novos processos subtraem a utilidade de segmentos do ambiente construído da sociedade industrial. Assim se apresenta, atualmente, a zona portuária da cidade, esvaziada de suas antigas funções. Este é um espaço edificado destituído de vida cotidiana, do trabalho e da sociabilidade que lhe davam vida.

Estamos face às ruínas da sociedade industrial⁶. Os antigos portos, localizados em áreas centrais, são objetos urbanos que nos permitem ver, com clareza, o movimento de alteração espacial antes referido, em suas formas edificadas e em suas formas sociais, como tão bem compreendido por Ridley Scott, em *Blade Runner*.

A zona portuária se apresenta como um lugar de abandono e de deterioração do patrimônio imobiliário, o que exemplifica a necessidade de desvendamento de novos usos para as formas espaciais da sociedade industrial, tendo em vista os custos sociais implicados em sua perda.

Trata-se da necessidade de que sejam formuladas propostas que compreendam as transformações em curso, permitindo a concepção de estratégias de ação que conduzam políticas públicas alternativas. Há que transformar as áreas em deterioração em espaços propícios à interação social efetivamente enriquecedora da vida urbana.

Assim, este texto valoriza a compreensão de como a comunicação redesenha a concretude dos processos espaciais e sociais, resultando em abandono de segmentos do ambiente construído.

As redefinições de relações sociais são claras nas passagens entre os períodos históricos mais significativos, quando são transformadas a produção e a apropriação dos ambientes edificados.

Na cidade do Rio de Janeiro, é importante reconhecer como a difusão da nova base técnica dilui a presença social nos lugares e destitui de relevância parte de sua paisagem. Restam edifícios, escombros do processo industrial que lhes deu origem. Este é apenas um exemplo dos processos espaciais e sociais em curso, apreendidos nas formas urbanas.

Comunicação, integração social e espaço público

As transformações nos processos sociais são profundas. Alteram a esfera social e, assim, transformam a integração social. De fato, mudanças na base técnica da vida coletiva possibilitam e promovem a criação de um novo espaço público, correspondente a processos que, no presente, recriam a interação social. Esta apreensão analítica das mudanças sócio-culturais e políticas inspira-se em Habermas (1988). Este autor, no início da década de 1980, demonstra, conforme

referência anterior, os caminhos que esgotaram a utopia da sociedade industrial, procurando os elementos do futuro que hoje vivemos. O seu percurso analítico suscita a seguinte questão: dadas as novas tecnologias, como é transformada a integração social e a formação do espaço público?

Na modernidade, a ação do Estado encontra-se associada à noção de espaço público. Quando no último século adquire a forma de Estado do Bem-Estar Social, transforma-se em expressão institucional privilegiada das mediações políticas entre capital e classe trabalhadora. O Estado congrega, neste período, com extrema intensidade, sentidos da agregação social.

A questão é saber como se configura a integração social resultante dos embates que se realizam no espaço público. Para apreender os processos societários que constroem a integração social, é preciso compreender a história da sociedade industrial e, especialmente, a história da esfera política, o que inclui tanto as formas de organização do Estado como as de organização da sociedade civil, como proposto pela corrente marxista do pensamento social –através da articulação de economia, política e cultura.

Na sociedade industrial, o espaço público interfere e expressa –construindo as possibilidades e os limites da integração social– a instância econômica, em sua forma capitalista, e o coletivo de trabalhadores, através das diferentes representações da organização social. Por isso, o espaço público é reconhecido como a esfera em que é possível alcançar processos de transformação social a partir da ação do Estado e dos aparelhos político-partidários (Habermas, op cit).

Atualmente torna-se de grande relevância multiplicar os pontos de observação do tecido social para que seja possível perceber outros contextos sociais, configuradores de possíveis espaços públicos. Nos micro-domínios da vida cotidiana também surgem lugares de realização/materialização da totalidade social. A percepção da multiplicidade de espaços políticos tem sido proposta por Bobbio (1976), quando abre os caminhos da reflexão para a importância da democracia em todas as instâncias do social, inclusive naquelas que estão além dos partidos e sindicatos e que se configuram nas famílias, empresas, fábricas e escolas.

Essa percepção torna-se ainda mais claramente relevante quando Roland Barthes (1978), na sua *Aula*, torna legíveis as múltiplas formas assumidas pela dominação discursiva em espaços sociais, ao revelar relações de poder manifestas em situações que ultrapassam os lugares imediatos do trabalho. Porém, é com Habermas que descobrimos os diferentes domínios da vida cotidiana, do mundo da vida.

A integração social é um conceito⁷ que ilumina as transformações hoje observadas no espaço urbano e que nos possibilita, ao mesmo tempo, a inteligibilidade da totalidade do processo social. A integração, como processo de formação da identidade e da vontade coletiva, é instauradora de espaços públicos e por eles construída. Quando apreendida nos micro-domínios da vida cotidiana,

permite reconhecer formas de comunicação que, por sua vez, podem permitir formas de organização “autolimitadas e auto-reguladas” de vida social. Isso porque a integração tem sua origem no exercício da vontade individual que conforma a vontade coletiva, quando a auto-organização amplia a capacidade coletiva de ação (Habermas, op cit).

As novas tecnologias viabilizam fluxos de comunicação que ampliam as possibilidades de formação de coletivos. Estes coletivos –dispersos e intermitentes– também conformam esferas públicas, reconhecíveis em micro domínios da vida cotidiana, autônomos, que se comunicam entre si. Trata-se de formas de interação possibilitadas por uma base técnica que viabiliza a invenção de novos espaços públicos. Esta comunicação redefine a formação dos laços que trançam o espaço social, já que podem expressar a vontade coletiva e multiplicar sentidos da ação. Esta percepção do espaço numérico é importante porque compõe a proposta deste texto de que seja buscada a compreensão da potencial integração contemporânea através da multiplicidade de possíveis espaços públicos.

Rompem-se as fronteiras da divisão clássica –Estado/Capital/Sociedade– em que o espaço público encontra-se fortemente associado ao Estado, mediador particularmente relevante nas relações capital/trabalho. A nova totalidade em gestação permite que se desvende a dinâmica de micro-domínios públicos, integrados através de ações comunicativas. Através destas ações, amadurecidas em espaços singulares, é possível apreender características da nova configuração do processo societário.

Invertem-se os elementos constitutivos do objeto de reflexão deste texto –a cidade da sociedade industrial. A sociedade deixa de ser apreendida como a somatória de esferas e instâncias de realização da vida coletiva –econômica, política e cultural. Os espaços públicos podem ser efetivamente redefinidos através de formas comunicativas que autonomizam (e potencialmente libertam) o pensar, o fazer e o agir. As comunidades auto-organizadas entre si podem ampliar sua capacidade de pensamento, criação e compreensão que constituem o fundamento de novas formas de vida, reforçando a capacidade de ação coletiva.

Apropriação tecnológica e transformação social

As potencialidades antes descritas encontram-se reconhecidas por diferentes correntes do pensamento social contemporâneo. São, em verdade, possibilidades e virtualidades advindas da base técnica de natureza numérica. Ainda não se encontram inscritas em processos históricos plenos. Cada sociedade e cada segmento social fará uso distinto das novas tecnologias que hoje transformam as formas espaciais da sociedade industrial.

De fato, é indispensável observar que a produção e a apropriação da nova base técnica estão inseridas em condições historicamente determinadas. Castells

(1999) indica, com precisão, os caminhos analíticos da associação entre invenção tecnológica e transformação social. Ao analisar a história da técnica e da sociedade, este autor demonstra como as formas de sua apropriação social são decisivas nos processos de transformação societária. O autor relata que o papel foi produzido na China mil anos antes que no ocidente ocorressem os primórdios da imprensa. A China também esteve a ponto de se industrializar no século XV, o que, por não ter efetivamente acontecido, acabou mudando a história mundial.

Na citação destes processos históricos, podemos reconhecer que a apropriação de possibilidades tecnológicas foi realizada pelos países do ocidente, particularmente através da dominação inglesa. Castells (op cit) torna claro, assim, que o domínio da técnica não determina, por si só, a capacidade de transformação social. Esta distinção entre estruturas de pensamento e processos econômicos é de fundamental importância na formulação de mais uma questão: como ocorre a apropriação das novas tecnologias para o desenvolvimento social?

Certamente, a exclusão de amplos segmentos sociais, no Brasil, demonstra a perversa estruturação histórica das relações sociais. Reconhecível em diferentes âmbitos do processo social, a exclusão expressa profunda desigualdade na apropriação do saber, no exercício da vontade e no acesso a bens materiais. Existe uma cultura da exclusão que se manifesta em todas as escalas do processo social. É importante observar que, na sociedade da comunicação (e da informação), mudam as formas da exclusão, que passam a manifestar-se na possibilidade de criar e recriar espaços públicos e de constituir micro-domínios de vida cotidiana, que viabilizam a ação social.

Na sociedade da comunicação a ágora –qualquer tradução material e imediata do encontro/confronto de interesses– dá lugar ao encontro virtual, que recria possibilidades de integração social, autonomizadas de referências institucionais mais amplas. É por esta razão que a exclusão assume outra concretude, representada pela falta de acesso ao novo mundo, formado por inteligência cognitiva, tecnologia e arte. Trata-se, portanto, da necessidade de repensar a exclusão social e de compreender a sua atual associação com obstáculos na apropriação do conhecimento, inclusive de oportunidades condensadas nos espaços urbanos. Para participar do novo mundo, é preciso deter as condições dessa participação, o que exige equipamentos urbanos e novos saberes.

Para uma política científica de difusão do conhecimento

Na sociedade da comunicação, o conhecimento constitui uma nova e mutável fronteira, sendo um dos grandes desafios atuais conceber políticas, inclusive urbanas, que ampliem o acesso às novas tecnologias, inscrevendo-as em projetos de desenvolvimento social. A modernidade concentrou investimentos em ciência e tecnologia dirigidos à ampliação da produção de mercadorias. Trata-se, portanto, de um novo desafio atual conceber políticas de produção e transmissão

de conhecimento, voltadas diretamente para o desenvolvimento social, que potencializem a integração social através dos micro-domínios da vida cotidiana.

As formas de pensar da modernidade produziram agudas separações e clivagens entre desenvolvimento social e tecnológico. Orientaram, assim, estratégias em que o desenvolvimento tecnológico, tomado em sua estrita dimensão econômica, poderia ser uma alavanca da justiça social. O importante é notar que, no atual período, torna-se indispensável priorizar, diretamente, o próprio desenvolvimento social, que deve ser o principal objetivo da produção, transmissão e da apropriação do conhecimento (e da cidade).

Disponibilizar conhecimento é permitir que um número cada vez maior de pessoas tenha acesso ao saber. Quem sabe cria e conduz a ação, decidindo sobre os seus sentidos. O conhecimento, como é observado por Hanna Arendt (1993), é o fundamento da ação social.

Na nova totalidade em formação, o conhecimento interpreta um novo papel, porque sua dinâmica exige uma interlocução ininterrupta. Trata-se, portanto, de compreender as novas formas da integração social, em seus vínculos com o acesso ao conhecimento.

Mas sabemos que a transmissão do conhecimento não é fácil. Seus elementos cruciais, implícitos nas práticas de pesquisa, desenvolvimento e produção, não são facilmente transferíveis, pois estão enraizados em pessoas, organizações e locais específicos⁸. O conceito de ecologia cognitiva de Pierre Levy, já citado, ajuda a compreender esse processo, porque torna claro como o conhecimento existe, de forma extremamente desigual, em famílias, instituições, cidades e nações. Trata-se de formas singulares da cultura, espacial e socialmente localizadas.

Nos movimentos e momentos da nova transição, o Estado tem a responsabilidade de criar condições que favoreçam o acesso à (in)formação e ao conhecimento. Trata-se de inventar formas inovadoras de disponibilizar conhecimento e, ainda, de ter a coragem de inaugurar uma política de difusão socialmente apropriada da técnica. A formulação de uma política de ampliação de acesso ao conhecimento pode ser apoiada na interação de diferentes agentes e objetos urbanos ou, no conceito de Levy (op cit), por meio de uma ecologia cognitiva nos micro-domínios do cotidiano.

Assim, é necessário considerar que ninguém é capaz de aprender sozinho, pois as fontes de informação e inovação podem estar contidas tanto em lugares como em não-lugares, ou seja, nas redes técnicas. O processo de apropriação é, portanto, um processo interativo, realizado com a contribuição de diferentes agentes econômicos e sociais que detêm diferentes tipos de saberes.

Esta apreensão dos desafios atuais nasce de preocupação com políticas urbanas voltadas à difusão do conhecimento, seja através de processos interativos realizados no lugar, seja através de processos interativos digitais. Trata-se da urgência com que deve ser enfrentada a tarefa de criação de uma nova ética,

ancorada em processos alargados de comunicação e em informações socialmente difundidas e apropriadas.

As tecnologias de comunicação e informação permitem que sejam desenvolvidas políticas transformadoras de produção e apropriação do conhecimento. Os processos tradicionais de transmissão do saber desconhecem que as novas linguagens tornam mais acessíveis a compreensão e a informação efetivamente relevantes para a ação. Trata-se, também, de reconhecer a importância da arte nos atuais processos de difusão do conhecimento. A estética hoje dialoga intensamente com o conhecimento objetivo.

Os processos tecnológicos permitem que o conhecimento seja armazenado, memorizado, transacionado e transferido, além de reutilizado, e reproduzido, indefinidamente, a custos que permitem pensar, inclusive, em formas mais justas de apropriação social do saber (Lemos, 1999). Certamente nesta proposta a reflexão precisará incluir a questão mais relevante: como é possível alcançar o bem-estar social na sociedade da comunicação?

É possível conceber políticas públicas –inscritas no espaço urbano em mutação– que valorizem a formulação e a expressão de conhecimentos a partir de uma linguagem de fácil e rápida apropriação. Compreendemos que as políticas dirigidas à justiça social devem observar as possibilidades de criação de uma verdadeira ecologia do conhecimento. Estas políticas, em sua concepção, formulação e realização precisariam expressar valores e aspectos centrais da condição humana, tais como aqueles de confiabilidade, identidade e comunalidade de linguagem, favorecendo a integração social.

As novas tecnologias criam segmentos de espaços públicos que poderão vir a permitir o alcance da integração a partir de fluxos comunicativos que configurem uma nova coletividade. A participação em redes, propiciando o debate de valores, proporcionaria, desta perspectiva, a articulação de um amplo conjunto de experiências, estimuladoras da troca de conhecimentos produzidos de forma compartilhada.

Trata-se, portanto, e principalmente, de criar uma nova ética de difusão, transmissão e apropriação do conhecimento, apoiada em procedimentos que valorizem os saberes da cidade, a tecnologia e o desenvolvimento de novas linguagens, no exercício contínuo da criatividade que busca renovar a socialização e, logo, a socialidade –desejada mais generosa e igualitária.

Bibliografia

- Arendt, Hannah 1993 *A dignidade da política* (Rio de Janeiro: Relume Dumará).
- Barthes, Roland 1978 (São Paulo: Cultrix).
- Bobbio, Norberto 1976 “Quais alternativas para a democracia participativa?” in Bobbio, N. *O marxismo e o estado* (Rio de Janeiro: Graal).
- Castells, Manuel 1976 *La Cuestión Urbana* (Madrid, Siglo XXI).
- Castells, Manuel 1999 *A sociedade em rede* (São Paulo: Paz e Terra).
- Certeau, Michel 1994 *A invenção do cotidiano* (Petrópolis: Vozes).
- Egler, Tamara Tania Cohen 1996 *Cidade virtual* (São Paulo), outubro.
- Egler, Tamara Tania Cogen 1997 “Espaço e difusão do conhecimento”, 1º Encontro de Editoria Científica em Estudos Urbano e Regionais, (Itamontes: MG).
- Egler, Tamara Tania Cohen 1998 “Ciberespaço: as novas formas da interação social” in *Sociedade e Estado*, Brasília, (Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília), Nº1.
- Egler, Tamara Tania Cohen 2001 “A imagem do espaço numérico”. In *Cadernos IPPUR/UFRJ* (no prelo)
- Gottdiener, Mark 1993 *A produção social do Espaço Urbano* (São Paulo: UDUSP).
- Habermas, Jürgen 1998 “A nova intransparência: a crise do estado do bem estar social e o esgotamento das energias utópicas” in *Novos Estudos Cebrap*, (São Paulo), Nº18.
- Léfebvre, Henri 1967 *Introdução à modernidade: prelúdios* (Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra).
- Lemos, Cristina 1999 “Inovação na era do conhecimento” in Lastres, Helena M. M. e Albagli, Sarita (Org) *Informação e Globalização na Era do Conhecimento* (Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda).
- Lipietz, Alain 1977 *Le capital et son espace* (Paris: Maspero).
- Lojkine, Jean 1981 *O Estado capitalista e a questão urbana* (São Paulo: Martins Fontes).
- Lemos, 1999 *Informação na era do conhecimento*, in Lastres, Helena. *Informação e globalização na era do conhecimento* (Rio de Janeiro: Campus).
- Levy, Pierre 1995 “Que`est-ce que le virtuelle?” in *Sciences et société* (Paris: Editions de la Découverte).
- Levy, Pierre 1993 *As tecnologias da inteligência* (Rio de Janeiro: Editora 34).
- Levy, Pierre 1999 *A inteligência coletiva* (São Paulo:Edições Loyola).

- Miège, Bernard 1995 *La pensée communicationnelle* (Grenoble).
- Mendonça, Adauto da Motta 2000 O Município de São Gonzalo: das indústrias as ruínas e vazios industriais, Tese de Maestrado (Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ).
- Musso, Pierre 1994 “Innovations techniques et espace” in *Communiquer demain* (Paris).
- Palácios, Marcos 1996 *Cotidiano e sociabilidade no ciberespaço* (Rio de Janeiro: Diadorim).
- Ribeiro, Ana Clara Torres 1993 “Mutações na sociedade Brasileira: seletividades em atualizações técnicas” in Santos, Milton et al (Org.) *O novo mapa do mundo* (São Paulo: Hucitec/ANPUR).
- Santos, Milton 1996 *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (São Paulo: Hucitec).
- Santos, Milton 1994 *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional* (São Paulo: HUCITEC).
- Sassen, Saskia 1998 *As cidades na economia mundial* (São Paulo: Studio Nobel).
- Topalov, Christian 1974 *Les promoteurs immobiliers* (Paris : Ed. Mouton).
- II Workshop sobre redes 2000 (Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ).

Notas

1 Essa questão já foi objeto de nossa indagação nos artigos em Egler Tamara (1998) e Cadernos IPPUR, (no prelo).

2 O nosso esforço é refletir, com base no pensamento de Habermas, as atuais transformações dos processos espaciais. Nesta direção, alguns espaços são iluminados pelos processos novos, enquanto outros decaem para a obscuridade, para acionarmos termos analíticos propostos por Milton Santos (1994).

3 Recorrendo ao conceito proposto por Pierre Levy (1999).

4 Ver Arendt, Hannah (1994).

5 Ver II Workshop sobre redes (2000).

6 Ver Mendonça, Adauto da Motta (2000).

7 Como nos foi observado por Rainer Randolph, Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com quem compartilho a sala de aula e interesses de pesquisa.

8 Ver Lemos (1999).